

Ministro Dalazen fala sobre assédio moral em palestra na EAJ



Juízes e servidores acompanham palestra do ministro João Oreste Dalazen. Abaixo, o palestrante ao lado do juiz Ney José de Freitas, diretor da Escola de Administração Judiciária do TRT-PR



Em 28 de abril, o ministro do TST João Oreste Dalazen proferiu palestra na Escola de Administração Judiciária do Tribunal Regional do Trabalho do Paraná. Na oportunidade, falou sobre assédio moral no Direito do Trabalho. *p. 4*

ENTREVISTA

Juiz José Mário Köhler

Presidente da Associação dos Magistrados do Trabalho do Paraná - Amatra-IX

"É através das Coordenadorias Regionais que a vontade e os interesses de todos os associados são manifestados, democratizando a entidade, além de permitir a participação de todos nas decisões mais importantes da Amatra-IX". p. 2

NESTA EDIÇÃO

- **Definida lista tríplice para o TRT** *p. 3*

- **Curso para servidores iniciantes** *p. 5*

- **9ª Vara grava depoimentos** *p. 7*

ENTREVISTA

Juiz José Mário Köhler - Presidente da Amatra-IX



Continuidade e avanço institucional

Natural de Guarapuava (PR), o magistrado bacharelou-se em Direito em 1981, na Universidade Estadual de Ponta Grossa. Ingressou na magistratura trabalhista em 1995, tendo atuado como juiz substituto em unidades judiciárias de Araucária, Curitiba e Toledo. Atualmente é juiz titular da 1ª Vara do Trabalho de Paranaguá. Após exercer, consecutivamente, as diretorias financeira e administrativa da entidade nas duas gestões mais recentes, o juiz José Mário Köhler assumiu a Presidência da Associação dos Magistrados do Trabalho do Paraná (Amatra-IX) em março, para uma gestão de dois anos. Em entrevista ao **Nona**, o novo dirigente fala sobre as perspectivas nos âmbitos da judicatura e do Direito do Trabalho.

Quais os principais desafios institucionais e administrativos que a nova diretoria da Amatra-IX passa a enfrentar, no início da gestão recém-iniciada?

Encontramos a Associação muito bem estruturada. Estamos na fase final da reforma administrativa que iniciou na gestão passada. Nosso principal desafio é manter o bom trabalho desempenhado pela diretoria anterior. Temos como metas, ainda, realizar encontros culturais e sociais, alternando atividades na capital e no interior do estado, procurando manter a unidade associativa. No campo institucional procuraremos lutar pela independência da magistratura em todos os níveis, fazendo valer as prerrogativas dos juízes, que na verdade são uma garantia aos próprios jurisdicionados.

A Amatra-IX conta com coordenações sub-regionais, reunindo juízes conforme a localização geográfica das Varas do Trabalho onde atuam. Que avaliação o senhor faz da contribuição delas para a entidade?

A representação dos juízes através das Coordenadorias Regionais é fundamental para a associação, pois serve como ligação entre a Diretoria Executiva e os associados das mais diversas regiões do estado. É através das Coordenadorias Regionais que a vontade e os interesses de todos os associados são manifestados, democratizando a entidade, além de permitir a participação de todos nas decisões mais importantes da Amatra-IX.

A lei 10.770/03 prevê dois juízes para as 77 Varas já instaladas, o que em tese representaria 154 magistrados de primeiro grau no Paraná. O número de aprovados nos recentes

concursos ficou muito aquém do quantitativo de vagas decorrentes. Que soluções a Amatra-IX prega para esta carência?

A questão da carência de juízes para atuar no primeiro grau, em decorrência da instalação das novas Varas do Trabalho, que significou um avanço para a Magistratura Trabalhista paranaense e para a carreira dos magistrados, está diretamente ligada à agilidade dos novos concursos a serem realizados. O número de aprovados em cada concurso é sempre uma incógnita, e por isso não há como se prever uma solução para esta falta de juízes para os próximos meses.

Que balanço é possível fazer no primeiro ano de vigência da Emenda Constitucional 45/2004, no que diz respeito aos enfrentamentos da nova realidade que trouxe para a Justiça do Trabalho e seus juízes?

O balanço é positivo. O aumento de competência da Justiça do Trabalho trouxe novos desafios aos juízes trabalhistas. No entanto, pela formação que possuem, estão preparados para enfrentar as novas matérias que lhe são colocadas. A consequência do aumento de competência, no entanto, foi também o aumento do trabalho aos magistrados trabalhistas, pois as matérias que nos são colocadas exigem mais tempo de estudo e reflexão sobre temas complexos, como, por exemplo, acidente de trabalho, que envolve a própria vida do trabalhador e a sua subsistência em decorrência do infortúnio, e as nossas decisões vão ter um reflexo sobre estes trabalhadores e seus familiares.

Aproxima-se a votação de nova proposta de emenda constitucional pre-

conizando uma ainda maior ampliação da competência da Justiça do Trabalho. Como a magistratura trabalhista paranaense se posiciona no debate sobre esta questão?

Não tenho uma avaliação geral de toda a magistratura trabalhista paranaense a respeito. No entanto, particularmente, penso que devemos, antes, assentar o nosso entendimento sobre a amplitude do aumento da competência da Justiça do Trabalho decorrente da Emenda Constitucional 45/2004, pois ainda se discute o alcance da referida emenda e da nova redação do artigo 114 da Constituição Federal.

Como o senhor vê o atual relacionamento da magistratura trabalhista brasileira com outros segmentos da sociedade - governo, advocacia, Ministério Público, imprensa e a opinião pública?

Vejo que o relacionamento da magistratura trabalhista brasileira com outros segmentos da sociedade é bom, e vem melhorando em função da atuação das associações de juízes nos níveis estadual e nacional. Dentre estas, de se destacar a Associação dos Magistrados Brasileiros (AMB) e da Associação Nacional dos Magistrados da Justiça do Trabalho (Anamatra), que, juntamente com as Amatras das diversas regiões do país, demonstram a preocupação dos magistrados brasileiros em ter um Poder Judiciário cada vez mais transparente, preocupado com a celeridade, com a aplicação dos preceitos constitucionais e com os jurisdicionados. Com isto, o relacionamento com a imprensa, com a advocacia, com o Ministério Público e com a opinião pública melhoram, pois estes segmentos passam a ter maior conhecimento sobre a magistratura. ■

NONA

É UMA PUBLICAÇÃO MENSAL DO TRT-PR. PRESIDENTE: JUÍZA WANDA SANTI CARDOSO DA SILVA. VICE-PRESIDENTE: JUÍZA ROSALIE MICHAELE BACILA BATISTA. CORREGEDOR-REGIONAL: JUIZ LUIZ EDUARDO GUNTHER. DIRETOR-GERAL: OSMAN CÉSAR BOZZO SILVA. SECRETÁRIA GERAL DA PRESIDÊNCIA: ADELIA LUCIA DE FINIS. SECRETÁRIA DO TRIBUNAL PLENO, ÓRGÃO ESPECIAL E SEÇÃO ESPECIALIZADA: ANA CRISTINA NAVARRO LINS. ASSESSORA DE COMUNICAÇÃO E JORNALISTA RESPONSÁVEL: JUSSARA ELISA (MTB 2440/PR). REDAÇÃO: CÉSAR CALDAS, JUSSARA ELISA, LUIZ MUNHOZ, MARCIO MIRA, MARCOS BADDINI, SORAYA WOLFF e ROSSANA TUOTO. FOTOGRAFIAS: CARLOS RYGO, CARMEN ZIEGE, LUIZ MUNHOZ, AROUJO TRT-PR e DIVULGAÇÃO. ARTE FINAL: MARCOS BADDINI. IMPRESSÃO: GRÁFICA CAPITAL.

Sugestões e opiniões para o Nona: Assessoria de Comunicação Social do TRT-PR - Rua Vicente Machado, 400 (Anexo Administrativo), 10º Andar, Centro, CEP 80240-010, Fone/Fax: (41) 3310-7171 / ascom@trt9.gov.br.

TRT aprova lista tríplice para promoção

Em escolha procedida mediante voto aberto e fundamentado, o Tribunal Pleno do TRT-PR aprovou, na sessão do dia 10 de abril, lista tríplice para promoção de juiz titular de Vara ao Tribunal. Fazem parte da lista, por ordem de escolha, os juízes titulares Archimedes Castro Campos Júnior (8ª VT de Curitiba), Francisco Roberto Ermel (2ª Vara de Londrina) e Manoel Vinícius de Oliveira Branco (5ª VT de Londrina). Os nomes dos magistrados serão encaminhados ao Tribunal Superior do Trabalho. Posteriormente, o TST enviará a lista à Presidência da República, que fará a nomeação do magistrado para preenchimento da vaga decorrente do falecimento do juiz Roberto Dala Barba, ocorrido em 2005.



Archimedes Castro Campos Júnior nasceu em Palmas, no ano de 1962. Bacharelado em Direito pelas Faculdades Curitiba na turma de 1988, ingressou na Justiça do Trabalho no cargo de juiz substituto em 7 de maio de 1990. Promovido em dezembro de 1992 ao cargo então denominado “Presidente de Junta de Conciliação e Julgamento” (atuais Varas do Trabalho), atuou como tal em Varas de Cascavel, (2ª), Guarapuava (1ª), Araucária e Curitiba (2ª). Atualmente, exerce a titularidade da 8ª Vara do Trabalho da capital.



O londrinense **Manoel Vinícius de Oliveira Branco**, nascido em 1957, também cursou Direito na UEL, chegando ao bacharelado em 1980. Juiz substituto a partir de janeiro de 1992, foi promovido em novembro do ano seguinte a titular de Vara – cargo exercido em Cornélio Procópio. Após, obteve remoção para a 5ª de Londrina, onde permanece até hoje.



Francisco Roberto Ermel, londrinense, nasceu em 1960. Na Universidade Estadual daquela cidade, formou-se em 1982 no curso de Direito. Também empossado como substituto em maio de 1990, passou em abril de 1993 à titularidade de Vara, exercida sucessivamente em Pato Branco e 1ª de Londrina, até sua remoção para a 2ª Vara londrinense – onde hoje atua.



Nona ganha novo layout

A partir desta edição 137, o informativo **Nona** ganha novo *layout*. As alterações no periódico podem ser vistas já na capa, que agora passa a mostrar, além da manchete principal, as chamadas das principais reportagens internas de destaque.

Nas demais páginas, as mudanças estão no formato e no número de matérias. Agora, as “pastilhas” (notas curtas) que se situavam anteriormente na segunda página, estão ao longo do informativo, na parte inferior de cada página. As fotos ganham mais espaço e os textos passam a ter fontes maiores.

A publicação das colunas *Entrevista*, *Informatizando*, *Voluntariado* e *Perfil* deixa de ser fixa. Todas essas inovações visam a proporcionar uma leitura mais agradável e dinâmica.

Ministro João Dalazen fala sobre assédio moral

O ministro do TST João Oreste Dalazen proferiu na Escola de Administração Judiciária do TRT-PR, em 28 de abril, palestra sobre o tema “Assédio Moral no Direito do Trabalho”. O evento lotou as dependências do auditório, com a presença de mais de uma centena de assistentes, entre juízes, servidores, procuradores e advogados.

O ministro Dalazen iniciou sua exposição citando pesquisa acadêmica segundo a qual 10% dos trabalhadores da iniciativa privada sentem-se em alguma medida assediados moralmente em seu ambiente de trabalho. Lembrou que o sentido léxico da expressão “assédio moral” vincula-se à perseguição com insistência e ao ato de importunar. Na órbita do Direito do Trabalho, afirmou, trata-se em geral de humilhação sistemática por um chefe a seu subordinado, com exposição deste a situações vexatórias e constrangedoras no ambiente laboral, gerando graves danos físicos e psicológicos.

Valeu-se em seguida de estudos da Psicologia, citando trabalho de cientista francesa e de médico alemão, para quem toda e qualquer conduta abusiva

que possa implicar danos, bem assim a violência psicológica que se revista de cunho sistemático e freqüente o caracterizam, desde que objetivem pressionar o trabalhador a deixar o seu emprego. Em seguida, apresentou informe produzido em 2002 pela OIT, acerca de condutas abusivas que traduzem o assédio moral. Segundo o estudo, são cinco as variantes principais do instituto: medidas voltadas à exclusão voluntária do empregado, ataques verbais ao seu rendimento, críticas à sua reputação, fixação de objetivos de difícil ou impossível cumprimento e controle desmedido da produtividade.

O ministro dissertou também sobre o *modus operandi* do assédio. Citou a tática do isolamento, pela qual o chefe afasta fisicamente o assediado de seus colegas e o deixa ocioso. Mencionou a técnica do ataque, que visa a desacreditar ou desqualificar a vítima. Trouxe à lembrança as variadas técnicas punitivas, que se traduzem em sanções humilhantes ou ridículas.

Na seqüência, apresentou elementos essenciais da caracterização jurídica, ressaltando que esta ainda se encontra em elaboração pela doutrina e que inexistente a uniformidade de sua formulação. O primeiro deles é a existência de violação à integridade ou à imagem. O segundo caracteriza-se por deliberada intenção de prejudicar o empregado. Em terceiro lugar, encontra-se o indispensável caráter de intensidade. O quarto elemento é a continuidade, assim entendido aquele que não se restringe a ato isolado ou esporádico. O quinto quesito seria a prova do efetivo

dano físico ou psíquico infligido à vítima. Acrescentou que a prova do dano psíquico, a seu juízo, deve ser apreciada como agravante, a ensejar indenização de maior monta.

O ministro também traçou o perfil básico do assediador, tipificado em três classes: o *pitbull*, o imperial e o “garganta”. Como impactos do assédio moral, acrescentou aos mais comuns (de que sofre o empregado) também os de cunho econômico-financeiro às empresas, pelos custos embutidos nas demissões, na produtividade e nas indenizações. Citou as possibilidades de rescisão indireta, de declaração de nulidade da dispensa e das indenizações decorrentes de lucros cessantes, no caso de vendedores comissionados. Trouxe também à lembrança ser factível o ajuizamento pela empresa de ação regressiva, tendo no polo passivo o assediador.

Após advertir para que se evite a generalização, que implicaria em banalizar o instituto, com danos à própria credibilidade da Justiça, elencou aquilo que não é assédio moral – paranóia da suposta vítima, síndrome de perseguição, conflitos normais entre chefes e subordinados e o chamado *tecnostress*. Segundo o ministro, é indispensável a razoabilidade no trato da matéria.

Ao final, estabeleceu distinção entre os assédios moral e sexual, lembrando de que a resistência a este último muitas vezes resulta na prática do primeiro.



Platéia acompanha atenta a palestra

Concurso para servidor tem prazo prorrogado

Sessão do Órgão Especial do TRT do Paraná autorizou a prorrogação, por mais um ano, do prazo de validade do concurso público para diversos cargos de servidor, realizado em 2005 e homologado naquele mesmo ano.

A decisão, que consta do site do TRT-PR (www.trt9.gov.br), resultou na Resolução Administrativa 10/2006. Com isso, o prazo para encerramento da vigência daquele processo seletivo será no dia 3 de março de 2007.

Congresso de Juízes do Trabalho em Maceió

Será realizado, de 3 a 6 de maio, o 13º Conamat - Congresso Nacional dos Magistrados do Trabalho, em Maceió. O tema do encontro é “Magistratura e transformação social: trinta anos de luta”, numa referência às três décadas de atuação da Associação Nacional dos Magistrados da Justiça do Trabalho (Anamatra), responsável pela organização do evento. O congresso, que acontece a cada dois anos, visa a reunir juízes trabalhistas de todo o país. Da programação constam palestras, conferências, painéis, debates e reunião plenária.

Curso para servidores iniciantes

Com o objetivo de aprimorar a qualificação dos servidores da Justiça do Trabalho do Paraná, a Escola de Administração Judiciária realizou no mês de abril curso para os recém-empossados, aprovados no concurso homologado em 2005.

Foram 132 servidores divididos em seis turmas com aproximadamente 20 alunos. Cada turma teve quatro dias de aula, sendo dois dias com a equipe da Secretaria de Recursos Humanos e os outros dois com a equipe da Secretaria de Informática.

No curso da SRH foram fornecidas informações quanto a questões institucionais, estruturais e sobre o funcionamento da Justiça do Trabalho. Na oportunidade foram realizadas dinâmicas e técnicas vivenciais de trabalho em equipe, de atendimento ao público e de comunicação. Também foram oportunizadas palestras sobre responsabilidade social e qualidade de vida, como administração do estresse e de auto-gestão. Os servidores receberam, ainda, dados acerca da Lei 8.112/90, no que concerne aos direitos, deveres e proibições dos servidores públicos. O curso também proporcionou oportunidades para aquisição de conhecimentos referentes à ética no serviço público.

Durante as explanações em torno de informática, os servidores tiveram visão geral dos recursos de informática, portal de aplicação e atendimento, intranet, segurança e SUAP (Sistema Unificado de Administração Processual). O treinamento dos novos servidores no SUAP,



Servidores iniciantes participam de atividade durante o curso

deve-se à migração definitiva dos dados para o atual sistema em Oracle, como parte do programa de modernização das Varas de Trabalho e dos Serviços de Distribuição

dos Feitos. Quanto ao SUAP, houve aulas práticas sobre produção de documentos, como correspondências, ofícios, cartas precatórias e certidões de despacho, entre outros.

Português instrumental

A Escola de Administração Judiciária promove, de maio a julho, mais cinco turmas do curso "Português instrumental", ministrado pela professora Ana Paula de Oliveira. O curso destina-se ao aperfeiçoamento teórico e prático de conhecimentos redacionais, a partir de abordagens comprometidas com estudos recentes de lingüística textual, com ênfase na clareza dos enunciados.

As aulas tiveram início no mês de março, com aproximadamente 100 servidores lotados em gabinetes de juízes dos primeiro e segundo graus. Nesta fase do processo de treinamento e atualização, cinco turmas serão formadas, com servidores lotados na área judiciária. O curso embute três módulos - revisão gramatical, interpretação de textos e técnicas de redação e é limitado a dois servidores por setor. A partir de agosto, o programa terá continuidade, com extensão a servidores lotados na área administrativa. Outras informações: (41) 3310-7317.

TST empossa novos presidente, vice e corregedor

No dia 17 de abril, os ministros Ronaldo Lopes Leal e Rider Nogueira de Brito tomaram posse como presidente e vice-presidente do Tribunal Superior do Trabalho. O ministro Luciano de Castilho Pereira foi empossado no cargo de Corregedor-geral da Justiça do Trabalho. O mandato da nova administração encerra-se em abril de 2008. Autoridades dos três Poderes da República participaram da solenidade. Da Justiça do Trabalho do Paraná, estiveram presentes os juízes Wanda Santi Cardoso da Silva (presidente do TRT-PR), Fernando Eizo Ono, Altino Pedrozo dos Santos, José Mário Köhler (presidente da Amatra-IX), Morgana de Almeida Richa e Ana Maria das Graças Veloso.

O ministro Ronaldo Lopes Leal, 69 anos, natural de São Jerônimo (RS), chega ao mais alto cargo da Justiça do

Trabalho brasileira com uma experiência acumulada de 42 anos de magistratura. É o juiz do Trabalho mais antigo em atividade no País. O vice-presidente Rider Nogueira de Brito, 67 anos, nasceu em Óbidos (PA). Foi servidor e juiz no TRT da 8ª Região (Pará e Amapá). Mineiro de Pedro Leopoldo, Luciano de Castilho Pereira, 69 anos, é o novo corregedor-geral da Justiça do Trabalho. Ingressou na magistratura trabalhista por concurso público em 1974 e na década de 90 transferiu-se para o Distrito Federal, onde compôs o Tribunal Regional do Trabalho da 10ª Região (com jurisdição no DF e em Tocantins).

Os três novos dirigentes chegaram ao Tribunal Superior do Trabalho em 1995, nomeados pelo então presidente Fernando Henrique Cardoso.

Utilização do Código de Barras no SUAP

No número anterior, o Nona publicou matéria acerca das funcionalidades do CTA, sistema responsável pela geração e controle da tramitação de documentos administrativos.

Tal sistema encontra-se em fase de validação do piloto por um grupo reduzido da área administrativa e espera-se para breve a sua regulamentação e disponibilização a todos os usuários, após receber o aval da Comissão de Informática.

O SUAP conta com um recurso bastante prático, mas ainda pouco explorado pela maioria de seus usuários. Trata-se da possibilidade de utilização de leitoras de código de barras para preenchimento dos campos referentes à numeração única dos processos.

A utilização deste recurso elimina a digitação e os erros que dela podem decorrer, já que o leitor de código de barras realiza o mesmo trabalho do teclado, mas de modo automático.

Para que o usuário possa usufruir deste benefício é preciso imprimir e apor aos autos do processo as etiquetas numeradoras, disponíveis no sistema desde o início de 2005.

Estas etiquetas trazem o número único dos autos inscrito em código de barras no padrão exigido pelo anexo II do Ato GDGCJ.GP 175/2002, que alterou o ato GDGCJ.GP 450/2001, através do qual se instituiu a numeração única de proces-

sos na Justiça do Trabalho.

Há ainda os códigos de barras impressos nos documentos gerados pelos usuários no SUAP, e que servem para auxiliar na remessa de documentos e seleção de registros para a impressão de comprovantes



de entrega.

Com a ampliação da presença da numeração única nos programas do SUAP que atendem à 1ª instância (a segunda instância já utiliza somente esta numeração desde outubro de 2003), o uso desta facilidade deve crescer. Por isso está sendo providenciada a aquisição de mais

leitores, que deverão ser somados aos já instalados nas unidades desta Justiça Especializada.

Atualmente as seguintes telas do SUAP suportam a utilização do código de barras:

- Consulta de Históricos / Autos por parte.
- Consulta de Autos.
- Emissão de Certidão e Despacho.
- Emissão de Correspondência.
- Emissão de Documentos.
- Impressão de Comprovante de Entrega.
- Remessa de documentos à ECT.
- Remessa de documentos à SOJ.
- Movimentação de documentos na SOJ.

Estes programas representam 42% de todas as chamadas em sistemas do SUAP.

As próximas telas a incorporar esta facilidade serão a de Cadastro de Históricos e as de Carga e Devolução de Carga, com o que estarão cobertas as telas que representam praticamente 50% das chamadas ao menu do SUAP.

9ª Região é a terceira em acesso ao Bacen-Jud

Segundo dados do site do Tribunal Superior do Trabalho, de junho do ano passado a março deste ano, de um total de 135 mil ordens judiciais trabalhistas processadas através do sistema Bacen-Jud, a maioria para o bloqueio de conta bancária do devedor, 25.027 foram da 2ª Região (São Paulo). No mesmo período, a 15ª Região (Campinas) emitiu 18.056 ordens pelo mesmo meio. A jurisdição do Tribunal Regional do Trabalho do Paraná (9ª Região) ficou em terceiro lugar, com 10.457. São Paulo é o estado com maior número de processos em execução. A 2ª Região tem 258.191, e a 15ª Região, 238.490. Em seguida, vem o Rio de Janeiro, com 228.490 processos em execução, e Paraná (9ª Região), com 110.469.

9ª VT de Curitiba grava depoimentos em áudio

A Presidência do TRT e a Corregedoria Regional autorizaram através da Portaria GP/Correg 18, de 24 de março, a 9ª Vara do Trabalho de Curitiba a, experimentalmente, gravar o áudio dos depoimentos das partes e testemunhas, para posterior degravação e transcrição nos autos.

A iniciativa partiu do titular da VT, juiz Eduardo Milléo Baracat. As gravações serão realizadas em aparelho digital *mini disc*. Há mais de 10 anos, a Justiça Federal implantou sistemática semelhante. A portaria aponta a conveniência da adoção de tecnologia contemporânea que auxilie na melhoria da prestação jurisdicional. No início de outubro os resultados do experimento serão avaliados.

VOLUNTARIADO

Criatividade que salva...



Cães abandonados recolhidos na Chácara São Francisco de Assis. No destaque, a voluntária Gerusa

A criatividade é uma arma importante quando os recursos são escassos. E essa tem sido a ferramenta fundamental dos voluntários da Chácara São Francisco de Assis, associação de pessoas dedicadas ao trato de cães e gatos abandonados, sediada em propriedade particular, no município de Campo Magro.

A servidora Gerusa Raquel Matos, lotada no Serviço de Desenvolvimento de Sistemas Judiciários da Secretaria de Informática, integra essa equipe de pessoas disposta a minorar o sofrimento dos animais sem lar. E também faz uso de sua inventividade para angariar fundos para a entidade: recolhe as garra-

fas plásticas vazias em seu setor e envia aos coordenadores do projeto. O dinheiro da venda desse material ajuda na compra mensal de ração e medicamentos.

A colega conta que conheceu o trabalho desses voluntários ao acaso, quando passeava num parque com seus próprios cachorros. Apaixonada por bichos desde criança, Gerusa tem o sonho de um dia ser ela mesma proprietária de um local que abrigue animais carentes. "Quando eu era menina, recolhia animais na rua e levava para casa, porque me parece impossível não ficar comovida com a sua dor. Mas o ser humano é muito prepotente. Julgamo-nos uma espécie superior.

As associações que protegem animais encontram dificuldades em atrair adeptos para a sua causa porque as pessoas acreditam que com tantas crianças e idosos carentes, é um desperdício ajudar justo os bichos. Eu não vejo as coisas dessa forma", diz.

A Chácara São Francisco de Assis objetiva, além de oferecer abrigo a animais abandonados, fomentar campanhas de adoção, posse responsável e de correta esterilização. Também fiscaliza e toma medidas jurídicas na constatação de crueldades contra animais. Além disso, a entidade dispõe de campanha que consiste na adoção virtual de um animal, ou seja, a pessoa não precisa levá-lo para casa, mas se propõe a colaborar mensalmente com o valor de R\$ 5,00 para ajudar nas despesas com sua alimentação e saúde. Pode ainda agendar visitas a seu "afilhado" ou obter informações a seu respeito por telefone ou através do site www.amigoanimal.org.br. Trata-se de uma maneira cômoda e até divertida de se fazer o bem. Os adeptos da prática do voluntariado insistem em dizer que o maior ganho é sempre daquele que o exerce.

SERVIÇO

Interessados em colaborar com a Chácara São Francisco de Assis entrar em contato através do e-mail amigoanimal@uol.com.br ou telefones (41) 9975-2711 (Marcelo) e 3027-2237 (Roselene). Podem ainda falar com a Gerusa pelo ramal 7062 do TRT.

**CAMPANHA DE PÁSCOA****TRT e Varas colaboram com crianças carentes**

Em campanha organizada pela Comissão de Responsabilidade Social do TRT, juízes e servidores do TRT-PR (áreas administrativa, judiciária e gabinetes) e das Varas do Trabalho de Curitiba doaram a crianças carentes ovos de Páscoa, barras de chocolate e bombons, entre outras guloseimas. As doações foram entregues na terça-feira antecedente à Páscoa, 11 de abril, à Associação de Apoio a Crianças Carentes - AACC, de Almirante Tamandaré, e ao Centro Municipal de Educação Infantil Irmã Dorothy Mae Stang, do Bairro Alto, em Curitiba (foto).

PERFIL

Vanessa Roberta do Rocio Souza

Por trás das câmeras...



“Putz” na edição de 2005, com os organizadores do evento e a presença de José Mojica Marins, o “Zé do Caixão” - ícone do cinema trash brasileiro

A conjugação de interesses é uma marca da servidora Vanessa. Tendo cursado, simultaneamente, Direito (Faculdades Curitiba) e Jornalismo (Universidade Federal do Paraná), é ela quem garante: “Acabei me interessando tanto pelas novidades e pelo dinamismo do Jornalismo, quanto pelos mistérios do Direito, que exige sempre estudo e aperfeiçoamento”.

E, foi em meio ao dinamismo do Jornalismo, nas aulas de cinema que pode aprofundar-se tecnicamente no que antes já era um hobby. “Eu já assistia muitos filmes e sempre buscava conhecer mais. O curso de Jornalismo me ensinou a parte técnica, questões de filmagem, de produção e roteiro”, conta. O entusiasmo foi tanto, que ela e outros colegas do curso de comunicação social decidiram fazer um pequeno festival de cinema interno. A idéia se ampliou e nasceu em Curitiba, no ano de 2004, o 1º Festival Universitário de Cinema e Vídeo do Paraná, chamado *Putz* e aberto a todas as universidades do Brasil, sendo, portanto, de âmbito

nacional. “As produções são classificadas e premiadas de acordo com as categorias: ficção; documentário; vídeo *trash*; vídeo experimental/arte; vídeo publicitário; vídeo institucional e reportagem jornalística”, destaca Vanessa. E, acrescenta: “Falando em *trash*, a origem do nome do Festival, rende homenagem a um dos ícones do cinema trash brasileiro - José Mojica Marins, o *Zé do Caixão*”. Assim, *Putz* significa: Prêmio Universitário Trash Zé do Caixão.

Desde 2000, portanto, quando era apenas um festival interno do curso de jornalismo, Vanessa já estava na produção como uma das idealizadoras e organizadoras do evento. E, continuou presente nas edições de âmbito nacional a partir de 2004. Foi na segunda edição em 2005 que o *Putz* passou de dois para quatro dias de duração e contou com palestras na Cinemateca de Curitiba do documentarista norte-americano Henry Breitrose, membros da Academia Internacional de Cinema, na ocasião sediada em Curitiba e com a presença de José Mojica Marins, o “Zé do Caixão”. Revelou Vanessa, a parceria da AICC (hoje sediada em São Paulo) que ofereceu, inclusive, uma bolsa de estudos integral para o vencedor do Festival. Os vídeos premiados no *Putz* foram exibidos em diversos eventos durante o ano, como o Festival de Imagem da Lapa, Festival de Cinema, Vídeo e Dcine de Curitiba e na Mostra *Putz*, no bar “Era Só o Que Faltava”.

Ela destaca a importância das parcerias, apoio e patrocínio recebidos diante da dificuldade na captação de re-

ursos nessa área, uma vez que “a proposta do festival é reunir os estudantes e exibir a produção audiovisual realizada nas universidades, não só na busca de reconhecimento, mas de diálogo entre os interessados em cinema”.

Nesta terceira edição, 2006, juntamente com ex-alunos e alunos do curso de comunicação social da UFPR, Vanessa permanece na organização do evento que acontece de 17 a 20 de maio, na Cinemateca de Curitiba, com o apoio da Fundação Cultural de Curitiba. Destaca que foram planejados três dias de festival e uma festa de encerramento. Além da exibição dos vídeos selecionados, haverá palestras de profissionais da área para estimular ainda mais a produção audiovisual. Entre os nomes cogitados para participar estão José Wilker, Beto Brant, Marcelo Tas e Pepe Salvia. A premiação será entregue no dia 20 de maio de 2006, a partir das 20 horas, na Cinemateca de Curitiba. O evento será gratuito e aberto ao público. Mais detalhes podem ser conferidos no site www.putz.ufpr.br.

Vanessa conclui: “Somos cerca de dez pessoas que, por amor ao cinema, organizamos o Festival assim, em intervalos, nas horas vagas e sem qualquer tipo de remuneração”.

Natural de Curitiba (PR), a servidora está lotada na 2ª Vara do Trabalho de Curitiba desde abril de 2005, quando ingressou na Justiça do Trabalho, no cargo de Técnico Judiciário. Vanessa reforça sua versatilidade: “Terminei o ano passado o curso preparatório para o concurso de juiz do trabalho da Ematra e este ano iniciarei pós-graduação em Direito Constitucional na Academia Brasileira de Direito Constitucional”. E completa: “Falo inglês e atualmente estou aprendendo alemão”. Haja versatilidade!...



“Justiça do Trabalho Responde” em abril

No mês de abril, o quadro “Justiça do Trabalho Responde” na Rádio Clube B2 - AM, contou com a participação dos juízes Carlos Augusto Penteado Conte, Felipe de Magalhães Calvet, Luciano de Toledo Coelho e Márcia Domingues. Veiculado às segundas-feiras no programa “Canal Aberto”, apresentado por Algaci Túlio, às 9 horas, o quadro faz parte da grade de programação de “Os Repórteres”, a partir das 16 horas. O “Justiça do Trabalho Responde” também é reprisado na Rádio Justiça (STF), aos sábados pela manhã. O quadro é resultado de parceria entre o TRT-PR, a Amatra-IX e a Rádio Clube e visa a esclarecer dúvidas trabalhistas da população, num trabalho do Judiciário voltado à promoção da cidadania.

8

Campanha de Inverno

De 2 de maio a 2 de junho, será realizada a edição 2006 da Campanha de Inverno do TRT-PR, em Curitiba. A mobilização visa a arrecadar entre juízes e servidores doações para duas entidades: Humanar e Casa do Caminho.

A Humanar, em Curitiba, tem como proposta promover ações de redução de danos associados ao uso de drogas, com prioridade na prevenção da transmissão do HIV. A Casa do Caminho, em Almirante Tamandaré, mantém várias atividades na área assistencial e educacional para melhoria das condições de vida dos assistidos e familiares.

A Campanha de Inverno deste ano será de arrecadação de calçados, agasalhos, cobertores, lençóis e toalhas. As doações podem ser entregues à Seção Psicossocial (5º andar do prédio Anexo Administrativo da Rua Vicente Machado, em Curitiba). Outras informações pelo telefone (41) 3310-7078.